

Orçamento pode votar hoje o Plano Plurianual

A Comissão Mista de Orçamento discute hoje o substitutivo do senador Sibá Machado ao Plano Plurianual (PPA). Previsão do superávit primário – diferença entre receitas e despesas, excluídos os juros – é de 4,25% do PIB para os próximos quatro anos.

Página 3

Tebet: sai logo relatório sobre a Lei de Falências

O senador Ramez Tebet espera concluir este mês o relatório sobre a nova Lei de Falências. A Comissão de Assuntos Econômicos discutiu o projeto em oito audiências, sete das quais foram realizadas no período de convocação extraordinária.

Páginas 4 e 5

Plenário examina medidas que mudam setor elétrico

Além do novo modelo de gestão do sistema elétrico, pauta de hoje inclui medidas provisórias que tratam da renegociação de débitos estudantis e da proteção de créditos do Banco Central em operações de importação

Página 3



Moreira Matiz

AGENDA O Plenário, que ontem discutiu temas como a criação de empregos, deve votar hoje MPs para desobstruir a pauta

Conselho defende a mídia brasileira

Página 8

Fortalecimento das empresas nacionais foi debatido ontem pelo Conselho de Comunicação



Gerônimo Margela

Pena mais dura para trabalho escravo

Comissão de Justiça analisa amanhã projeto do senador Tasso Jereissati que fixa pena de até dez anos de prisão para quem submeter qualquer pessoa a trabalho escravo.

Página 3



HOMENAGEM Garibaldi Alves lembra obras do ex-governador do Rio Grande do Norte

Senado encaminha voto de pesar por Cortez Pereira

Para atender requerimento apresentado pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), o Senado Federal encaminhará voto de pesar aos familiares do ex-senador e ex-governador do Rio Grande do Norte José Cortez Pereira que morreu no dia 21 de fevereiro de parada cardíaca. Atualmente ele era prefeito de Serra do Mel, município localizado a 252 quilômetros de Natal.

Garibaldi lembrou que Cortez Pereira defendeu o desenvolvimento econômico do Nordeste, e em particular o do Rio Grande do Norte. O sonho perseguido por ele, completou Garibaldi, era de que as economias dos estados nordestinos pudessem gerar empregos e aumentar a renda da população.

– Quem visitar o estado verá um projeto de colonização, até então inédito, para a produção de caju em larga escala; verá o estado exportando camarão para a Europa e os Estados Unidos; verá o desenvolvimento do turismo. Tudo isso nasceu dos ensinamentos de Cortez Pereira – afirmou Garibaldi.

Agenda



Senadores examinam dívidas de estudantes

Em discussão hoje no Plenário, a partir das 14h30, duas medidas provisórias: a MP 141/03, que renegocia as dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e a MP 142/03, que afasta o risco de créditos do Banco Central em operações de importação. Às 10h30, o presidente do Senado, José Sarney, recebe o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Nilson Naves.

CAE vota isenção de taxas bancárias

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se, às 10h, para votar projeto (PLS 122/00) que proíbe a cobrança de taxas de serviço e de manutenção de contas bancárias de pessoas físicas. Os senadores votam ainda medida que autoriza o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiamento, por intermédio de sindicatos de trabalhadores, de cursos de graduação (PLS 52/03).



Alerta sobre consumo excessivo de refrigerantes

Reunião da Comissão de Educação (CE), às 11h, vota, entre outros, projeto de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que obriga as propagandas de refrigerantes a conter advertências sobre os

malefícios do consumo excessivo. O colegiado analisa ainda requerimento convidando o ministro da Educação, Tarso Genro, e o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para audiências públicas.

Comissão vota pedido para ouvir ministro dos Transportes

O ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), José Antônio

Silva Coutinho, podem ser convocados para audiência pública, de acordo com requerimento a ser votado hoje, às 14h30, pela Comissão de Infra-

Estrutura (CI). O colegiado quer discutir denúncias de irregularidades em licitações e desvio de recursos em obras de infraestrutura rodoviária.



Conselho analisa regionalização de rádio e TV

A Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, um grupo temático do Conselho de Comunicação Social, realiza hoje, a partir das 9h, audiências para discutir o projeto sobre a regionalização da programação e da produção independente em emissoras de rádio e TV. Serão ouvidos, entre outros, os deputados Roberto Magalhães (PTB-PE), relator do projeto na Câmara, e Jandira Feghali (PCdoB-RJ), autora da proposição, além de representantes de redes de tevês comerciais, estatais e educativas.

Sibá apresenta novo relatório

Na reunião de hoje da Comissão Mista de Orçamento, às 14h30, o senador Sibá Machado (PT-AC) apresenta relatório ao Plano Plurianual. Ele foi nomeado relator depois da rejeição do parecer do senador Roberto Saturnino (PT-RJ). Sibá deve manter a meta de 4,25% do PIB, praticada atualmente pelo governo.

CCJ discute trabalho escravo

Amanhã, às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que tipifica o crime de trabalho escravo e estabelece pena de 5 a 10 anos de reclusão para os acusados. Ainda na pauta, proposta que proíbe a venda de bebidas alcoólicas em postos de gasolina.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



RETOMADA Mozarildo elogia ampliação da proposta orçamentária do programa

Mozarildo aplaude reativação do Calha Norte

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse serem auspiciosos os inúmeros sinais indicando que será dado novo impulso ao programa Calha Norte. Ele lembrou que, desde a criação, em 1985, o projeto – planejado para proteger, desenvolver e integrar a região amazônica ao restante do país – tem enfrentado uma série quase interminável de dificuldades. O acréscimo de R\$ 47 milhões em emendas de parlamentares e de bancada aos R\$ 20 milhões da proposta orçamentária do governo é uma indicação da retomada do programa.

Mozarildo citou também o convênio firmado em outubro do ano passado entre o Ministério da Defesa e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 12 milhões, para desenvolver projetos nas áreas de saúde, educação, Justiça, esportes, alimentação, meio ambiente, desenvolvimento rural, transportes e energia.

A ampliação da área de abrangência do Calha Norte pelo Ministério da Defesa, responsável pela gestão do programa, é também indicativo importante, segundo Mozarildo.

O senador por Roraima manifestou preocupação, no entanto, com a possibilidade de homologação da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em seu estado, anunciada pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em janeiro, mas ainda em suspenso. Segundo o senador, a demarcação representa risco para a soberania nacional, uma vez que inibe ações de vigilância em 1,67 milhão de hectares na fronteira com a Venezuela e com a Guiana, que se somam às terras ianomâmis.



Roosevelt Pinheiro

TRANSPARÊNCIA Papaléo afirma que controle não atinge a autonomia do Judiciário

Papaléo apóia o controle externo do Judiciário

Ao pedir urgência no exame da reforma do Judiciário pelo Congresso, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) defendeu o controle externo como uma forma de tornar aquele Poder mais ágil e transparente. Ele discordou das críticas feitas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, para quem esse controle seria uma interferência na independência do Judiciário.

– A morosidade da Justiça é um entrave às relações sociais e institucionais, e não seria exagero afirmar que põe em risco a normalidade da vida democrática e a própria cidadania. Tanto esta Casa como o Poder Judiciário e a própria OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] têm na figura de Rui Barbosa um defensor da Justiça que não cansava de repetir: “A justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta” – afirmou Papaléo.



Célio Azevedo

CLAREZA Tasso pretende incluir no Código Penal punição para o trabalho escravo

Quatro medidas provisórias têm preferência nas votações de hoje

■ Além das MPs sobre o modelo elétrico, Senado deve examinar renegociação dos débitos de estudantes

Duas medidas provisórias (MPs) entram na pauta da sessão plenária deliberativa de hoje, que começa às 14h30, e passam a ter prioridade em relação às demais proposições, impedindo outras votações enquanto não forem examinadas. A MP 141/03 trata da renegociação de débitos de 165 mil estudantes com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e a MP 142/03 tem por objetivo afastar risco a créditos do Banco Central nas operações de importação junto a instituições finan-

ceiras dos países que integram a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e a República Dominicana.

Modelo elétrico

Os senadores ainda não chegaram a acordo sobre dois projetos de lei de conversão (PLVs 1 e 2 de 2004), decorrentes das MPs 144 e 145, de 2003, que modificam a gestão do sistema elétrico. Incluídos na pauta da convocação extraordinária do Congresso, os projetos voltam a constar da pauta da sessão plenária do Senado de hoje e também precisam ser votados com prioridade para liberar as demais votações.

Outra matéria a ser examinada é o Projeto de Resolução 68/03, que autoriza a prefeitura de São Paulo a contratar crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$ 100,4 milhões, para financiamento

de obras de recuperação no centro velho da capital. O projeto de resolução volta à pauta do Plenário de hoje, da qual consta ainda requerimento do senador Osmar Dias (PDT-PR) solicitando que o Projeto de Lei da Câmara 9/04 – Lei de Biossegurança – seja examinado também pela Comissão de Educação (CE), por ele presidida, além das comissões para as quais foi inicialmente despachado.

Código de trânsito

Amanhã, se as medidas provisórias e os projetos de lei de conversão já tiverem sido votados, o Plenário deve deliberar sobre o Projeto de Lei da Câmara 104/02, que modifica o Código de Trânsito Brasileiro com objetivo de incluir na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) informações sobre o grupo sanguíneo, o fator RH e a deci-

são do condutor sobre doação de órgãos. Também constam da pauta acordos internacionais como o que trata do controle da comercialização e descarte de agrotóxicos perigosos.

Requerimento do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) também está na pauta de amanhã. Ele solicita ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, informações sobre quatro processos instaurados pelo Banco Central contra o Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e seus administradores.

Na sessão de quinta-feira, que também começará às 14h30, os senadores devem examinar dois projetos de decreto legislativo (nºs 894 e 895 de 2003) aprovando textos de acordos internacionais. Um deles refere-se à Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.

Comissão de Orçamento vota substitutivo ao PPA

O superávit primário equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) está garantido para os próximos quatro anos, segundo o substitutivo do senador Sibá Machado (PT-AC) ao projeto do Plano Plurianual (PPA) referente ao período de 2004 a 2007, que será apreciado hoje, a partir das 14h30, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). O superávit – diferença entre receitas e despesas, excluídos os juros – permitirá, segundo a proposta, a redução do en-

dividamento do setor público de 58,1% a 48,2% do PIB, até 2007.

Sibá foi indicado relator do projeto do PPA depois que, em reunião no dia 17 de fevereiro, a CMO rejeitou relatório do antigo relator, Roberto Saturnino (PT-RJ), segundo o qual o superávit primário seria gradativamente reduzido ao longo dos próximos anos, até chegar a 3,25% em 2007. Desta forma, Saturnino esperava obter maiores recursos para investimentos do governo federal.



Márcio Kulture

SUPERÁVIT Rejeitado o parecer de Saturnino (D), Sibá Machado apresenta substitutivo com as metas defendidas pelo governo

Punição rigorosa de trabalho escravo está na pauta da CCJ

Projeto de lei que altera o Código Penal para prever expressamente a tipificação do trabalho escravo deve ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne amanhã, a partir das 10h. De autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a proposta prevê reclusão de cinco a dez anos, mais multa, para quem submeter alguém a essa prática, independentemente do consentimento da vítima, mediante fraude, violência ou grave ameaça.

O texto que será votado, com emendas do senador Antonio

Carlos Valadares (PSB-SE) e do relator da matéria, senador César Borges (PFL-BA), proíbe a concessão de financiamento, de qualquer espécie, por parte da União ou de entidade por ela controlada, a pessoa jurídica de direito privado condenada em processo administrativo em decorrência da utilização do trabalho em condição análoga à de escravo. E estabelece multas “coerentes” com a gravidade dos crimes previstos na lei, de acordo com Jereissati. Empresas nessas condições, ainda conforme a proposta, ficam impedidas de participar de li-

citações públicas.

Ainda segundo a proposição (PLS 208/03), a pena é agravada de um sexto a um terço se o acusado empregar, como meio de coação, a retenção de salários, documentos pessoais ou contratuais, obrigação de utilizar mercadorias ou serviços de determinado estabelecimento com a finalidade de impossibilitar o pagamento de dívida e o desligamento da vítima.

A pena também é agravada se a vítima for menor de 18 anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental ou se o crime for co-

metido contra membros de uma mesma família ou entidade familiar.

Outra medida proposta é a apreensão, pela autoridade administrativa competente, dos equipamentos e instrumentos empregados no trabalho em condição análoga à de escravo e os produtos dele resultantes, assim como os bens e equipamentos utilizados no transporte de trabalhadores destinados a estabelecimentos onde venham a ser submetidos a essa condição. Ao final dos procedimentos cabíveis, os bens devem ser leiloados.

Proposta isenta de taxa bancária a pessoa física

As pessoas físicas poderão ser isentas das taxas de serviço e de manutenção de contas bancárias. É o que prevê o projeto de autoria do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) incluído na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), marcada para as 10h. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Almeida Lima (PDT-SE).

Em defesa da proposta (PLS 122/00 – complementar), João Alberto argumenta que os lucros dos bancos têm sido elevados e que a cobrança de taxas seria um “instrumento concentrador de renda”.

Também tem parecer favorável do senador Almeida Lima o PLS 174/03, de Paulo Octávio (PFL-DF), que será analisado na mesma reunião da CAE. De acordo com a proposta, as empresas que aderirem ao Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace), cuja criação é sugerida pelo autor, terão preferência na obtenção de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal.

Será igualmente apreciado pela comissão substitutivo do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao PLS 52/03, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que



Roosevelt Pinheiro

JUSTIFICAÇÃO João Alberto diz que cobrança é “instrumento concentrador de renda”

permite a utilização do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no financiamento de cursos de ensino superior, desde que na forma e nos limites estabelecidos pelo Conselho Deliberativo do FAT.

Entre outras matérias na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, está parecer contrário do senador Leonel Pavan (PSDB-SC) ao PLC 119/01, segundo o qual, nos contratos de compra e venda de móveis e imóveis em prestações, o devedor inadimplente terá direito à restituição das parcelas quitadas à data da resolução contratual, monetariamente atualizada.

CPI do Banestado define hoje roteiro das próximas semanas

A CPI do Banestado, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), deve reunir-se hoje, em horário ainda não definido, para traçar o roteiro de seus trabalhos nas próximas semanas. Também constam da pauta requerimentos de convocação para depoimentos e novos eixos de investigação a ser promovida pela CPI, criada no ano passado para apurar as denúncias sobre evasão de dólares.

Durante a convocação extraordinária do Congresso Nacional não foram realizadas reuniões formais da CPI, mas os técnicos da comissão trabalharam, inclusive durante o Carnaval, no cruzamento das informações reunidas nos seis primeiros meses de investigação. Cerca de 15 pessoas – funcionários do Banco Central, da Receita Federal e da Polícia Federal, além de assessores do Senado e da Câmara – procu-

ram identificar pessoas e empresas que, apesar de terem declarado possuir baixa renda à Receita Federal, remeteram nos anos recentes grandes quantias de recursos para o exterior.

A CPI do Banestado espera receber este mês, da Receita Federal, as informações sobre contribuintes que alteraram voluntariamente as suas declarações de Imposto de Renda dos exercícios 1996 a 2002, e também daqueles que tenham sido autuados por adulteração patrimonial por meio de recursos enviados para fora do país. Essas listas servirão para alimentar o trabalho de apuração dos senadores e deputados.

Desde que teve seu prazo de conclusão prorrogado por mais 180 dias, em dezembro passado, a comissão parlamentar de inquérito recebeu denúncias de outros casos que podem ter relação com seu objeto de investigação.

LEI DE FALÊNCIAS

Uma das seis emendas já apresentadas visa assegurar preferência aos créditos trabalhistas

Tebet pode apresentar relatório ainda este mês

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) espera concluir ainda este mês seu relatório sobre o projeto de lei que regula as falências, substitui a concordata pela recuperação judicial e introduz a recuperação extrajudicial de empresas em dificuldades.

Depois de oito audiências públicas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), das quais sete durante o período da convocação extraordinária do Congresso Nacional, o relator informou que fará um balanço das contribuições e sugestões recebidas para verificar se serão necessários novos depoimentos.

Por enquanto, há um requerimento de iniciativa da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) propondo que a CAE ouça o secretário nacional de Economia Solidária do Ministério do

Trabalho, Paul Singer. Essa audiência aguarda confirmação do convidado. Até agora, quatro senadores apresentaram seis emendas ao texto aprovado na Câmara (PLC 71/03).

Os senadores petistas Eduardo Suplicy (SP) e Paulo Paim (RS) solicitaram a supressão de artigo que garante prioridade aos pagamentos das operações de adiantamento de contrato de câmbio (ACCs). Essa é uma reivindicação das duas principais entidades sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical.

Emenda do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) propõe que a seção relativa a esses pedidos de restituição seja transferida para o capítulo que trata especificamente da falência de empresas. Das quatro emendas apresentadas pelo senador Antonio Carlos Vala-

dares (PSB-SE), três pretendem assegurar que os créditos trabalhistas sejam os primeiros a serem pagos pelas empresas em processo de recuperação judicial ou nos casos em que a falência já tiver sido decretada.

O relator do projeto na Câmara, deputado Osvaldo Biolchi (PMDB-RS), está mantendo entendimentos com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre algumas mudanças que considera necessárias para aprimorar a proposta. Uma delas é a inclusão das cooperativas na nova Lei de Falências. Outra alteração sujeita a Fazenda Pública e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) às mesmas regras que disciplinam a recuperação judicial para os demais credores, sem assegurar tratamento diferenciado aos créditos fiscais.



Gerardo Magalhães

DISCUSSÃO Ramez Tebet (D) avalia necessidade de novas audiências para instruir o exame da proposta

Recuperação judicial substitui concordata

Com o objetivo de preservar as empresas e assegurar a manutenção dos postos de trabalho, a nova Lei de Falências introduz mudanças importantes na legislação em vigor desde 1945. Encaminhada pelo Executivo em 1993, pelo então presidente Itamar Franco, a proposta foi discutida durante quase dez anos na Câmara dos Deputados e encontra-se atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Uma das principais novidades da matéria é a substituição da concordata por mecanismos modernos como a recuperação judicial e extrajudicial das empresas, que permitem acordos entre os credores e o devedor de forma a viabilizar a sobrevivência dos empreendimentos. A possibilidade de entendimento entre as partes, com o acordo homologado na Justiça, foi extraída

de experiências bem-sucedidas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. A recuperação extrajudicial é um instituto que prevê a intervenção do Judiciário só se houver fracasso nessa renegociação entre os credores e o devedor. O juiz terá, no entanto, papel primordial na preservação da integridade dos direitos de credores minoritários. A recuperação judicial, que substitui a “concordata preventiva”, procura evitar a decretação da falência, atacando e superando as causas gerenciais que provocaram o elevado endividamento. A garantia de preferência aos créditos trabalhistas foi mantida no projeto de lei e as micros e pequenas empresas receberam tratamento específico, observando a legislação existente para essas firmas. As punições para os processos fraudulentos foram agravadas.

LEI DE FALÊNCIAS Projeto dedica um capítulo especial aos crimes falimentares. Além de pena de reclusão e multa, infrator poderá ficar inabilitado para atividade empresarial, bem como para exercer cargo de diretoria ou gerência

Proposta traz importantes inovações

Recuperação extrajudicial

Para que esse processo seja iniciado, o empresário em situação de insolvência deverá apresentar a seus credores, excluídos os trabalhadores e o fisco, uma proposta de recuperação, que, se aceita pela maioria dos credores em assembleia geral, será levada ao Judiciário para homologação. O juiz apreciará os pedidos de impugnação formulados por credores insatisfeitos com o acordo. Caso as impugnações não sejam acatadas, o acordo será homologado, cabendo sua gestão às partes envolvidas.

Recuperação judicial

Difere da extrajudicial, porque não tem início com uma tentativa direta de acordo entre devedor e credores. Na recuperação judicial, o devedor apresenta ao Judiciário um plano de recuperação, contendo diagnóstico da situação da empresa e sua proposta para a renegociação das dívidas. A proposta será submetida a uma Assembleia Geral de Credores, que pode aprová-la, rejeitá-la ou propor outra. Rejeitadas todas as alternativas de recuperação, o juiz decretará de imediato a falência da empresa.

Ao requererem a recuperação, a empresa e seus proprietários devem atender a determinados requisitos, como não estar em falência, não ter solicitado recuperação judicial há menos de cinco anos, nem sido condenado por crimes previstos no projeto, como gerir fraudulentamente a empresa, prestar informações falsas a fim de induzir o juiz ou ocultar bens da empresa sob recuperação judicial ou falência.

Mecanismos para recuperar a empresa

O projeto estabelece um elenco de opções para a elaboração do plano de recuperação judicial. Dentre elas, constam: concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações; cisão, incorporação, fusão e transformação de sociedade; constituição de subsidiária integral ou cessão de suas cotas ou ações; substituição total ou parcial dos administradores; aumento de capital social; arrendamento, de preferência às sociedades cooperativas formadas por empregados da própria empresa; celebração de acordo coletivo de trabalho, inclusive para reduzir salários e aumentar ou reduzir a carga horária dos trabalhadores; venda parcial dos bens; constituição de sociedade de credores; e administração compartilhada.

Empresas atingidas

Atualmente, a concordata e a falência só atingem as empresas comerciais. Bancos, por exemplo, submetem-se a regime de liquidação extrajudicial imposto pelo Banco Central (BC). Pelo projeto, continuam sujeitas à recuperação e à falência todas as sociedades empresariais e simples, os empresários individuais que exerçam atividade econômica de forma organizada ou qualquer pessoa que registre firma em seu nome. Permanecem de fora os agricultores que exploram propriedades rurais apenas para fins de subsistência de suas famílias, as sociedades cooperativas, o profissional liberal e sua sociedade civil e o artesão. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, que hoje estão fora do direito falimentar, serão submetidas a uma legislação específica. Também ficam de fora as instituições financeiras públicas e privadas, cooperativas de crédito, empre-

sas de previdência privada e operadoras de planos de saúde, sociedades seguradoras, de capitalização, e consórcios – atualmente sujeitos ao processo de liquidação extrajudicial ou ao Regime de Administração Especial Temporária (Raet) pelo BC.

Comitê de Recuperação

Outra novidade da recuperação judicial é a figura do Comitê de Recuperação, cuja instalação não é obrigatória e dependerá exclusivamente da decisão judicial, que, por sua vez, levará em conta o grau de complexidade da recuperação em questão e o porte econômico-financeiro da empresa envolvida. Ele será composto por um representante dos empregados, um representante da classe de credores com garantia real ou privilégios especiais e um representante da classe de credores quirografários, subordinados ou com privilégios gerais. Aos membros do comitê, em conjunto com o administrador judicial, caberá fiscalizar a gestão do empresário em recuperação, além de diagnosticar a situação econômico-financeira da empresa, incluindo detalhes de natureza contábil e administrativa dos negócios. A remuneração do administrador judicial não poderá exceder a 5% do valor a ser pago aos credores e será fixada pelo juiz de acordo com a complexidade do trabalho.

Prazos para pagar as dívidas

Atualmente, em relação à concordata, a lei estabelece o pagamento da dívida em dois anos, sendo 40% no primeiro e 60% no segundo. O projeto não define prazo para o término da recuperação judicial, mas ela ficará sob tutela judicial por até dois anos.

Micro e pequenas empresas

Diferentemente do previsto para as empresas de maior porte, o projeto estabelece que, para esse segmento, durante o procedimento de recuperação judicial, os débitos existentes serão pagos em 36 meses, sendo a primeira parcela paga em 180 dias após a apresentação do pedido de recuperação judicial em juízo. Esse prazo poderá ser prorrogado pela autoridade judiciária por até no máximo um ano, desde que haja anuência da maioria dos credores. O parcelamento dos débitos tributários das empresas optantes pelo Simples será objeto de lei específica. Durante esse período, a empresa não poderá aumentar gastos ou contratar empregados, exceto se houver expressa concordância do juiz, ouvidos os credores. Já a falência das micro e pequenas empresas deverá ocorrer em um prazo de cinco anos. O tratamento das dívidas trabalhistas também será diferenciado. Elas não poderão comprometer mais do que 30% do ativo circulante da empresa. Se for superior, o juiz determinará novo critério de rateio.

Prioridades no recebimento

Pela legislação atual, em caso de falência, os credores recebem os valores que lhes são devidos na seguinte ordem: créditos trabalhistas; tributários; credores com garantia real (hipoteca, penhor); credores com privilégios, de acordo com o estabelecido na legislação civil; e, por último, os quirografários, como são chamados os que não têm qualquer prioridade no recebimento. O projeto estabelece que, na recuperação judicial, a ordem de classificação dos créditos será definida no plano aprovado, assegurada a prioridade para os créditos

individuais derivados das relações de trabalho (salários e indenizações). No caso da falência, a classificação será pela ordem: créditos derivados das relações de trabalho; créditos fiscais; créditos com direitos reais de garantia; créditos com privilégio especial; créditos com privilégio geral; créditos quirografários; e créditos subordinados. O projeto estabelece ainda que as despesas com os procedimentos de recuperação judicial e falência serão consideradas extraconcursais, o que significa que terão prioridade no recebimento, não integrando a lista de credores. Nesse grupo, encontram-se os novos créditos que forem oferecidos ao devedor durante a fase de recuperação judicial. O objetivo é estimular que os credores continuem apostando na recuperação da empresa, possibilitando novos aportes de recursos ou mercadorias.

Venda antecipada de bens

Outra novidade do conceito de falência é a venda antecipada de bens, que deverá ser realizada de acordo com a seguinte ordem: alienação do estabelecimento em bloco; alienação de suas filiais ou unidades produtivas isoladamente; alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do devedor; e, por fim, a alienação parcelada ou individual dos bens. A venda antecipada procura evitar que os bens se deteriorem ou se desvalorizem e possibilitar a diminuição de possíveis desmandos, manipulações e desvios que ocorrem na fase de arrecadação da falência. Os bens arrecadados no início da falência também poderão ser dados em pagamento, observada a ordem de preferência dos credores, após a respectiva avaliação. O processo de falência, todavia, não poderá perdurar por prazo superior a quatro anos, cabendo ao juiz tomar todas as providências para a responsabilização civil e criminal dos responsáveis.

Fraudes e penalidades

O projeto dedica um capítulo especial aos crimes falimentares, estabelecendo um conjunto de penas aos que forem condenados, como: inabilitação para o exercício de atividade empresarial; incapacidade para o exercício de cargo ou função em conselho de administração, diretoria ou gerência das empresas sujeitas a essa lei; e impossibilidade de gerir a empresa por mandato ou gestão do negócio. Além de multas, as penas incluem reclusão de três a 12 anos para quem gerir fraudulentamente a empresa; e de dois a quatro anos de reclusão para aquele que violar, sem justa causa, sigilo empresarial, operação ou serviço, contribuindo para a condução da empresa ao estado de crise econômica e financeira.

Empreendimentos imobiliários

Em relação aos imóveis, o substitutivo do relator determina que será ineficaz, em relação aos promitentes compradores, ainda com sua anuência expressa, a constituição de direito real de garantia sobre empreendimento imobiliário quando o promitente comprador tenha quitado o compromisso de compra e venda, mesmo que o empreendedor não tenha efetuado o pagamento de sua dívida junto ao credor. Outra situação de ineficácia jurídica será quando as quantias liberadas pelo credor ao devedor não tiverem sido aplicadas diretamente na construção do empreendimento e não corresponderem ao cronograma físico-financeiro.



DENÚNCIAS

Almeida Lima e Efraim Morais cobram apuração rigorosa do possível envolvimento de José Dirceu. Suplicy sugere depoimento do ministro aos congressistas e Paim reafirma que sua eleição não contou com recursos de bicheiros



Roosevelt Pinheiro

Almeida Lima anuncia revelação de documento

O senador Almeida Lima (PDT-SE) anunciou que deverá apresentar na sessão de hoje documento “que representa mais do que indícios veementes” do envolvimento do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, no caso Waldomiro Diniz. Ele disse que pretendia mostrar o documento ontem, mas não o fez porque pretende checar informação importante.

– Perdoem-me não poder trazer as novas informações hoje (ontem), mas não farei de forma irresponsável. Entendo que o governo deve atuar de forma séria na apuração das denúncias. A preocupação maior é não ver o Brasil no estágio em que se encontrou em 1992, no período Collor – afirmou.

O senador classificou as decisões do governo de incentivar a

reforma política no Congresso e de editar medida provisória determinando o fechamento dos bingos como uma tentativa de “jogar para debaixo do tapete toda a sujeira que foi descoberta”. Ele pediu ao presidente Lula que assuma o comando do seu governo e determine a punição de quem estiver envolvido no caso, independentemente do cargo que ocupe.

APURAÇÃO Almeida Lima pede que o governo identifique e puna todos os envolvidos



Roosevelt Pinheiro

RECURSOS Citando matérias de jornais, Paim enfatiza o padrão humilde de sua campanha

Paim demonstra lisura de sua campanha ao Senado

O senador Paulo Paim (PT-SP) pediu ontem que sejam incluídas nos Anais do Senado cópias de matérias jornalísticas que atestam a lisura da campanha eleitoral que o conduziu ao Senado, em 2002. Segundo ele, está claro que sua eleição não foi conseguida por meio de envolvimento com donos de bingos e bicheiros.

Paim disse esperar que as denúncias de financiamento de candidatos do PT por empresários do jogo mostrem-se inverídicas, mas considera fundamental que eventuais praticantes de delitos sejam levados aos tribunais. Referiu-se desta maneira ao teor das entrevistas concedidas à revista *Veja*, ao jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, e ao jornal *Correio do Povo*, também da capital gaúcha, pelo ex-diretor da loteria estadual do Rio Grande do Sul, José Vicente Brizola. De acordo com o filho de Leonel Brizola, a campanha da ex-senadora Emilia Fernandes recebeu dinheiro do jogo.

– Perguntado se o candidato Paulo Paim sabia de algo, José Vicente disse que não – afirmou o senador.

Paim recordou o lema de sua campanha – “o tostão contra o milhão” – para enfatizar o padrão humilde de sua corrida ao Senado. E, como as denúncias geraram uma onda de críticas ao governo Lula, o parlamentar chamou a atenção para algumas ações importantes, como o estabelecimento do dia 1º de maio como a data para o aumento dos pensionistas e aposentados e o pagamento das aposentadorias e pensões no quinto dia útil de cada mês.

Para Suplicy, vinda de Dirceu ao Congresso reduziria especulações

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu a imediata vinda do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, ao Congresso para que possa responder às indagações dos parlamentares sobre as denúncias que envolvem seu ex-assessor Waldomiro Diniz, com o objetivo de proteger o governo de eventuais especulações danosas.

– Tenho certeza de que, vindo ao Congresso, José Dirceu saberá esclarecer a questão com facilidade. Sua biografia demonstra, claramente, a firmeza de suas convicções éticas e morais, não podendo haver quaisquer dúvidas sobre a lisura de seu comportamento, seja como deputado, seja como mi-



Moreira Moritz

LISURA Biografia do ministro demonstra convicções éticas e morais, afirma Suplicy

nistro – garantiu.

O senador relatou conversa que teve, na semana passada, em Washington, com Robert McNamara, ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos nas

administrações John Kennedy e Lyndon Johnson. De acordo com Eduardo Suplicy, McNamara informou que, em sete anos como ministro, depôs durante 120 horas nos chamados *hearings* do Congresso norte-americano, em cerca de 40 depoimentos para os congressistas. Para o senador, isso demonstra que é perfeitamente normal, numa democracia, um ministro depor muitas vezes no Congresso.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que o processo de apuração do episódio, “envolvendo um funcionário de terceiro escalão” do governo, está em curso na Polícia Federal e no Ministério Públi-

co, não sendo factível que a questão seja usada para tentar desmoralizar o governo.

– Nós, do Partido dos Trabalhadores, precisamos proteger o governo de qualquer tentativa de exploração política de um episódio isolado – advertiu Tião Viana.

Também em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que senadores do PFL e do PSDB já convidaram, repetidamente, o ministro José Dirceu para vir ao Senado prestar esclarecimentos sobre o caso Waldomiro.

– Quem sabe agora, com a sugestão do senador Suplicy, o ministro resolva aceitar os convites – observou.

Efraim pede que ministro esclareça tudo em CPI

O líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), fez ontem um apelo ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para que esclareça o caso Waldomiro Diniz no Congresso Nacional, de preferência diante de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI).

– Se estivesse no lugar do ministro, tomaria de imediato duas decisões: viria a esta Casa prestar todos os esclarecimentos necessários e, simultaneamente, me licenciaria do cargo de ministro-chefe da Casa Civil até que tudo se esclarecesse – afirmou.

Efraim lembrou que as lideranças petistas costumavam afirmar que a CPI era “um santo remédio” para os males da política. Segundo ele, o colu-



Roosevelt Pinheiro

CRÍTICA Efraim Morais lembra que o PT considerava a CPI como “um santo remédio”

nista Cláudio Humberto registrou em sua coluna, no último sábado, que o hoje líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse em janeiro de 2001 que “CPI é ética na política, é transparência, é controle do Judiciário, é o fim

da corrupção que o povo pede nas ruas”.

– Trata-se de permitir que se desfaçam as nuvens cinzentas da suspeita que pairam sobre o Palácio do Planalto. É claro que o escândalo tem dimensão bem mais ampla, menos pelo que revela e mais pelo que sugere estar escondendo. Waldomiro era uma espécie de *alter ego* de José Dirceu, o que o fazia ser chamado nesta Casa, em que atuava como assessor parlamentar, de “ministro”, embora não o fosse – frisou.

O senador também citou as acusações do ex-secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, que afirma ter alertado o PT, desde 2002, sobre as irregularidades cometidas por Waldomiro.

Efraim lembrou que Soares disse ter participado de um jantar com os hoje ministros Antonio Palocci e Luiz Dulci, quando alertou “para a existência de esquemas de corrupção no Rio (de Janeiro)”.

– Apesar disso, nenhuma providência foi tomada. Ou por outra, foi: meses depois, o senhor Waldomiro Diniz ganhava gabinete contíguo ao do chefe da Casa Civil, no Palácio do Planalto, no andar de cima do gabinete presidencial. Daí porque insistimos numa CPI. Por muito menos, o Congresso instalou uma contra Paulo César Farias. E digo muito menos porque PC não possuía gabinete no Palácio do Planalto, nem era funcionário público – afirmou Efraim.

DENÚNCIAS

Heloísa, Alvaro e Antero querem CPI para investigar ex-assessor do Planalto. Comissão de Fiscalização e Controle ouve amanhã o ministro Anderson Adauto, que poderá ser convocado também pela Comissão de Infra-Estrutura



APURAÇÃO Heloísa considera que só CPI poderá esclarecer indícios de corrupção

Heloísa pede ao Senado que investigue os bingos

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) fez ontem um chamamento ao Senado para que crie e instale a comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar atuação dos bingos. Essa seria, na opinião de Heloísa, a única forma de o Senado garantir a investigação dos “fortes indícios e provas” de corrupção, tráfico de influência e exploração de prestígio envolvendo membros do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Espero que esta Casa se dê ao respeito e não compactue com o Palácio do Planalto. Estamos falando de narcopolítica, já que casas de jogos são usadas para lavar dinheiro do tráfico de drogas.

Heloísa lamentou que o governo esteja preparando o sacrifício de parlamentares que já assinaram o requerimento de criação da CPI, a ser apresentado à Mesa nos próximos dias pelo senador Magno Malta (PL-ES). Alguns senadores, cujos nomes ela preferiu não citar, estariam sendo orientados a retirar suas assinaturas do requerimento. Para a parlamentar, os que cederem à pressão do governo estarão agindo “como moleques”.

Em entrevista coletiva concedida após o discurso, a senadora apresentou sua interpretação sobre a estratégia do governo. A retirada das assinaturas seria menos desgastante do que “engavetar” o requerimento, alegando que o documento não apresenta um “fato determinado” para investigação. Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) apoiou Heloísa.

Fatos novos justificam CPI do Waldomiro, diz Antero

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) contestou a afirmação dos governistas de que só fatos novos que possam sair hoje do depoimento de Waldomiro Diniz, na Polícia Federal, poderiam justificar uma CPI para investigar as denúncias de corrupção do ex-assessor da Casa Civil. Para o senador, trata-se de mais uma fase da tentativa de abafar a CPI.

– Desde o recesso de carnaval, surgiram fatos novos aos borbotões. Primeiro, o governo afirmou que não precisava CPI, pois os fatos teriam ocorrido antes do governo Lula. Isso foi desmentido pelo próprio Waldomiro e a imprensa comprovou encontros dele com Carlos Cachoeira e diretores da Caixa já neste governo. Pior: pouco depois desse encontro, foi renovado um contrato da Gtech com a Caixa – disse.

Antero destacou que os brasileiros foram surpreendidos nos últimos dias por revelações



SURPRESA Segundo Antero, depoimentos questionam ações de grupos da Casa Civil

que questionam as atividades dos grupos técnicos da Casa Civil da Presidência da República. Uma delas foi a divulgação de que Waldomiro Diniz é sócio de Maria Estela Boner Léo, uma das acionistas da TBA Informática, representante da Microsoft no Brasil e que se tornou uma das maiores fornecedoras de serviços ao governo.

– O Sr. Waldomiro é sócio de Maria Estela, da TBA, empresa que tem interesse num dos gru-

pos técnicos da Casa Civil que trata da área de informática. Pode ser que o ministro José Dirceu não soubesse disso? Pode. Mas só uma investigação comandada por uma CPI irá tirar isso a limpo.

Outro fato novo, continuou Antero, é uma entrevista dada por Luiz Eduardo Soares, ex-secretário Nacional de Segurança Pública. Na entrevista, ele afirma ter alertado a ex-governadora Benedita da Silva (Rio) e outras autoridades, inclusive o então presidente nacional do PT, José Dirceu, sobre as atividades de Waldomiro Diniz junto a empresários de jogos de azar, no Rio.

Antero criticou a intenção do governo de criar uma agenda positiva para que o caso Waldomiro saia do noticiário. “Investigar denúncias de corrupção é o que há de melhor em agenda positiva.” Ele foi apoiado em apartes por José Jorge (PFL-PE) e Mão Santa (PMDB-PI).

Alvaro Dias aponta semelhanças entre os governos Collor e Lula

“A imagem que se tem é a de que o governo Lula é o governo Collor de barba, por causa de várias semelhanças”, afirmou ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ao comentar as denúncias de corrupção envolvendo um assessor do Palácio do Planalto e a retração da economia no ano passado.

Para o senador, “a mais incrível e deplorável” semelhança é a constatação de que um assessor do Palácio do Planalto, Waldomiro Diniz, “agia como PC Farias” (Paulo César Farias), pedindo doação para campanhas do PT e propina a um empresário do jogo, em 2002. A segunda semelhança é o comportamento da economia, com o Produto Interno Bruto (PIB) caindo 0,2% no ano passado, índice parecido ao de 1992, ano do *impeachment* de Fernando Collor de Mello.

– Se Collor tinha PC Farias a atuar nos bastidores, Lula tem uma equipe de PCs que instalou no Planalto em situação



ACUSAÇÃO Alvaro afirma que “Lula tem uma equipe de PCs que instalou no Planalto”

privilegiada – declarou. Alvaro voltou a defender a instalação de uma CPI para investigar a atuação de Waldomiro Diniz.

Para o senador, se o presidente Lula não permitir “transparência total” nas investigações sobre o caso Waldomiro Diniz, ele corre o risco de ver seu governo “acabar antes do fim de seu mandato”.

– O governo tem medo de uma CPI porque sabe que ela não vai pegar só donos de bingos, mas homens do seu

governo. Com esse temor, o governo prefere jogar na lata de lixo a bandeira da moralidade pública que o PT sempre empunhou – disse.

O senador citou novos fatos envolvendo o PT e empresários de jogos de azar. Mencionou notícias sobre as relações de Waldomiro Diniz com donos da empresa de informática TBA, representante no Brasil da Microsoft.

Vários assessores da Casa Civil da Presidência citados em notícias nos últimos dias foram mencionados por Alvaro Dias, alguns ligados à compra de serviços sem licitação dentro do governo e outros por terem trabalhado com a ex-governadora Benedita da Silva (PT), do Rio. Para ele, o mais estranho é o fato de um empresário da área de engenharia civil ter sido recebido no Palácio do Planalto pelo ministro dos Transportes, Anderson Adauto, quando teriam tratado de obras de recuperação de rodovias.

Comissões decidem sobre depoimento de Adauto

Seis requerimentos para realização de audiências públicas formam a pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reúne hoje, às 14h30. Entre os pedidos dos senadores estão audiências públicas para debater denúncias contra o Ministério dos Transportes, discutir investimentos da Petrobras e o futuro da Varig. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Jorge (PFL-PE) querem que o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, compareça à comissão para esclarecer denúncias de desvio de recursos e irregularidades em licitações do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit).

José Jorge apresentou outro requerimento pedindo a presença em audiência pública do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, do ex-presidente da empresa, Francisco Gros, e do ex-gerente-geral de pesquisa e engenharia básica da Petrobras, Ricardo Beltrão. O objetivo, explicou José Jorge no requerimento, é discutir campanha publicitária e compra das plataformas de extração de petróleo P-51 e P-52.

Paulo Octávio (PFL-DF) pretende debater com especialistas os critérios de formação dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Ideli Salvatti (PT-SC) convidou o diretor de gás e energia da Petrobras, Ildo Luiz Sauer, a fim de apresentar informações sobre o Plano de Massificação do Uso de Gás Natural no Brasil. Marcelo Crivella (PL-RJ) propõe audiência para que os senadores da CI discutam com empregados e diretores da Varig o futuro da empresa, a fusão com a TAM e o plano de recuperação de ambas.

CFC

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), Ney Suassuna (PMDB-PB), marcou reunião para amanhã, às 11h30, a fim de ouvir o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, sobre denúncias do ex-diretor-geral do Dnit, José Antônio Coutinho, relativas a desvio de recursos destinados a obras em rodovias.

Mão Santa cobra de Lula promessas de campanha

Senador pelo Piauí pede ações do governo para criar empregos e fazer a reforma agrária

O senador Mão Santa (PMDB-PI) instou o governo a criar empregos, lembrando as promessas do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva durante a campanha eleitoral, de gerar 10 milhões de empregos e fazer a reforma agrária. “Até agora, não vimos nada”, lamentou.

Mão Santa ressaltou que, de um político, o povo exige que cumpra seus compromissos, sob pena de perda de credibilidade. Ele acrescentou que sua experiência como prefeito e governador lhe ensinou que atividades como calçamento, construção civil e manutenção de estradas geram muitos empregos, e com rapidez.

– Agora vou ensinar ao presidente Lula: acione a Caixa Econômica Federal, chame todos os prefeitos do país e libere verbas para gastar especificamente com programas desse tipo.



LUCROS ASTRONÔMICOS Mão Santa diz que somente os bancos foram beneficiados

Não se engane, presidente, o povo quer trabalhar e o governo não pode perder seu capital eleitoral – advertiu.

Mão Santa manifestou sua preocupação com a paralisação do governo e lembrou declarações do governador do Acre, Jorge Viana, que é do PT, afirmando que o governo precisa de ações, unindo a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos.

– O que estamos vendo até agora é o contrário do que prega a nossa bandeira: está havendo desordem e regresso –

disse, referindo-se ao lema “Ordem e Progresso”.

Mão Santa citou matéria do **Jornal do Senado** sobre discurso proferido pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), em que esse afirma que o prometido espetáculo do crescimento prometido pelo presidente Lula está beneficiando, até agora, os bancos. Ele acrescentou que “basta olhar os balancetes dos bancos que apresentaram, em 2003, lucros astronômicos, enquanto o resto do Brasil diminuiu, segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) cobrou do governo ações para atender aos funcionários dos bingos que, por uma medida provisória do governo, perderam seus empregos de uma hora para outra.

– Por formação, sou contra qualquer tipo de jogo, mas é preciso reconhecer que as empresas estavam funcionando legalmente e os funcionários trabalhando normalmente. Quem vai arcar com esses prejuízos? – perguntou.

Serys pede equilíbrio nas finanças de Mato Grosso

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) reivindicou ações políticas eficientes para assegurar o desenvolvimento harmônico de Mato Grosso. Ela disse ontem que somente com a correta aplicação de recursos públicos e o esforço de suas lideranças será possível eliminar as desigualdades existentes no estado.

Segundo Serys, Mato Grosso não foi beneficiado como deveria pelo suporte financeiro previsto na Lei Complementar 31/77, que cindiu o antigo estado de Mato Grosso nos atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesses últimos 26 anos, de acordo com a senadora, o estado somente aumentou as responsabilidades e as despesas. Para exemplificar, afirmou que em 1978 o estado tinha apenas 38 municípios, enquanto hoje existem 139. Sem dinheiro em

caixa e sem os recursos previstos na lei complementar não restou outro caminho a não ser o endividamento externo, hoje em torno dos R\$ 6 bilhões, observou.

Mato Grosso, em sua análise, apresenta uma riqueza potencial sem limites, com terras férteis em abundância, água e bom clima para a agricultura. No entanto, a forte concentração da terra, em virtude da atividade agropecuária extensiva, resultou em sistema fundiário em que as áreas com mais de mil hectares representam apenas 10,2% das propriedades existentes, mas ocupam 82,2% do território do estado, assinalou.

Serys avaliou que quebrar as práticas do capitalismo selvagem presentes na vida econômica do estado constitui tarefa das mais difíceis para qualquer



RECURSOS Serys informou que dívida externa do estado já chegou aos R\$ 6 bilhões

governo, mas sem providências nessa direção, com a aplicação eficiente de investimentos, todo o século 21 ainda não será suficiente para eliminar as desigualdades estaduais.

Canadá

No mesmo pronunciamento, a senadora fez um relato de recente viagem oficial ao Canadá e se disse surpresa com o interesse do Ministério Canadense dos Países Emergentes em estreitar relações comerciais com a China, a Índia e o Brasil.



VULNERABILIDADE Conselho de Comunicação Social discute fortalecimento e regulamentação das empresas nacionais

Política de comunicação preocupa acadêmicos

O governo deve pensar no fortalecimento das empresas nacionais de comunicação para barrar a entrada das multinacionais no setor, defendeu o professor Denis Lerrer Rosenfield, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, durante a reunião de ontem do Conselho de Comunicação Social. De acordo com o especialista, qualquer tentativa de diminuir o tamanho das empresas nacionais as tornaria vulneráveis ao capital internacional.

Segundo o professor, o processo de concentração das empresas nacionais de comunicação responde às grandes demandas do mercado mundial e a regulamentação no setor deve levar em conta esse dado.

O presidente do conselho, José Paulo Cavalcanti Filho, manifestou sua preocupação com os efeitos dos grandes conglomerados nas pequenas localidades do país.

Alexandre Gheventer, assessor do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, explicou o funcionamento desse conselho e disse que o órgão só pode atuar no caso de haver conduta abusiva de algum conglomerado econômico.

Para o conselheiro Francisco Pereira da Silva, a preocupação do Cade em relação à concentração das empresas de comunicação não se afina com o pensamento do Conselho de Comunicação Social.

Gol tem dificuldades para trabalhar, afirma Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) denunciou ontem que o presidente da companhia aérea Gol, Constantino Júnior, “tem sofrido muitos embaraços e restrições toda vez que requisita uma nova linha aérea”. Para Eduardo, o Senado deveria convocar Constantino para relatar a “perseguição” de que tem sido vítima por parte de setores governamentais.

Conforme o senador pelo Tocantins, esses empecilhos estariam sendo criados porque a Gol barateou as passagens aéreas e obrigou as demais empresas a reverem seus preços.

Ao registrar que ontem transcorreu o Dia do Turismo Ecológico, o senador também disse que pretende estimular debate no Congresso Nacional sobre o turismo interno. Ele ressaltou que é mais barato



PERSEGUIÇÃO Para Eduardo, empresa aérea tem problemas porque barateou passagens

passar cinco dias em Buenos Aires do que no Pantanal mato-grossense.

O senador João Ribeiro (PFL-TO) lembrou que propôs a proibição da pesca profissional nos rios Araguaia e Tocantins por três ou quatro anos, como forma de permitir que os rios se repovoem de peixes.